

AD MI NIS 3 TRA ÇÃO:

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Ano 2021

AD MI NIS 3 TRA ÇÃO:

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Amanda Kelly da Costa Veiga
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: estudos organizacionais e sociedade 3 /
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-664-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.642211711>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento administrativo tem sido apreendida no tempo como uma evolução incremental e contínua de debates sobre soluções e agendas estratégicas que podem otimizar processos, produtos e serviços ou resolver aqueles problemas que afetam a Sociedade e as Organizações.

O objetivo deste livro é caracterizar o campo científico da Administração em sua riqueza de agendas temáticas, por meio da apresentação de um conjunto diversificado de estudos que valoriza a reflexão sobre a realidade organizacional que é complexa, sem perder a praticidade de uma linguagem amplamente acessível ao grande público.

Neste sentido, a estruturação do presente livro fundamenta-se em um conjunto de 26 capítulos, os quais abordam, tanto as agendas teóricas e discursivas no campo epistemológico da Administração, quanto, a realidade empírica organizacional e da gestão estratégica, ilustradas no formato de estudos de caso.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do livro combina distintas abordagens quali-quantitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos.

Resultado de um trabalho coletivo desenvolvido por meio de uma rede de autores brasileiros e estrangeiros, esta obra apresenta uma visão panorâmica sobre a realidade organizacional a partir de uma abordagem que valoriza a pluralidade de pensamento sobre a realidade dos desafios e problemas correntes.

Conclui-se para apreciação de leitura que uma panorâmica visão da do campo de Administração é fornecida ao público leitor, fundamentada em relevantes análises de estudos de casos que corroboram teórica e conceitualmente para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a fluida realidade das organizacional no período contemporâneo.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRÊS ABORDAGENS DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: UM DEBATE HIPOTÉTICO ENTRE EMINENTES PENSADORES SOBRE CRISES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117111>

CAPÍTULO 2..... 16

OS IMPACTOS DA ECONOMIA CIRCULAR SOB A PERSPECTIVA DA OFERTA E DO CONSUMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Dênio Almeida Carneiro

Miguel Norberto Mendes Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117112>

CAPÍTULO 3..... 35

DIFFERENCES BETWEEN A TRADITIONAL SUPPLY CHAIN AND AN INTEGRATED SUPPLY CHAIN

Bertha Molina Quintana

María Berta Quintana León

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117113>

CAPÍTULO 4..... 44

NEED TO SHARE - A NOVA TENDÊNCIA, SEUS MECANISMOS E RISCOS

Danielle Sandler dos Passos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117114>

CAPÍTULO 5..... 51

EL RECURSO HUMANO COMO FACTOR CLAVE PARA LA CERTIFICACIÓN E IMPLEMENTACIÓN DE MEJORA EN ISO 9001

Rebeca Teja Gutiérrez

Verónica Loera Suárez

Nidia López Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117115>

CAPÍTULO 6..... 62

GESTÃO HUMANIZADA E LIDERANÇA: O PAPEL DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Daniele Campos do Nascimento

Deniz Helena Pereira Abreu

Elizabeth Luiza da Silva “*in memorian*”

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117118>

CAPÍTULO 7	76
TEORIA DE HOFSTEDE: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO LTO X STO E A CULTURA BRASILEIRA	
Juliana Ferreira Ribeiro Miguel	
Eric Cohen	
Andreia Freitas	
Michele Braga dos Santos Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117117	
CAPÍTULO 8	100
TRABALHO VOLUNTÁRIO: RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E APROPRIAÇÃO DO TRABALHO	
Edgard Gonçalves da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117118	
CAPÍTULO 9	118
ANÁLISIS ESTRATÉGICO: UN CASO PRÁCTICO	
Alma Elizabeth Miranda Quiñones	
María Magdalena Trejo Lorenzana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422117119	
CAPÍTULO 10	130
FORU COMO HERRAMIENTA PARA EL SERVICIO UTILIDAD DENTRO DE LAS EMPRESAS	
Mtro. David Pérez Gómez	
Agustín Ortiz Romero	
Xochitl Patricia Ortega Angulo	
Emiliano Pérez Romero	
Andrea Guadalupe Silva Méndez	
Mauricio Armando Vélez Tello de Meneses	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171110	
CAPÍTULO 11	139
ROBOTIZAÇÃO APLICADA A ORGANISMOS VEGETAIS: INOVAÇÃO EM SERVIÇOS	
Maria Teresa Rodrigues Pessoa	
Clara Rose Zacharias de Oliveira Ferreira da Cruz	
Marco Aurélio Pinhel Peixoto	
Luciano Mendes Camillo	
Marcos Paulo Braga de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171111	
CAPÍTULO 12	148
LA EXPERIENCIA DEL CONSUMIDOR COMO GENERADORA DE VALOR DE MARCA PARA EL COMERCIO DETALLISTA	
Valentin Gallart Camahort	
Yeamduan Narangajavana Kaosiri	

Luis Callarisa-Fiol
Javier Sánchez-García

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171112>

CAPÍTULO 13..... 163

AGRONEGÓCIO E A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE: DESAFIOS, COMPORTAMENTO DOS PRODUTORES RURAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ariosto Sparemberger
Pedro Luís Büttendender
Luciano Zamberlan
Darles Michel Assmann

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171113>

CAPÍTULO 14..... 180

PROJETOS COMPLEXOS: ESTUDO DE CASO SOBRE A COMPLEXIDADE DOS PROJETOS DE ENGENHARIA EM UMA EMPRESA DO SETOR DE ÓLEO E GÁS

Frederico Gonzaga Lafeté
Carlos Frederico de Oliveira Barros
Paulo de Oliveira Coelho Dutra Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171114>

CAPÍTULO 15..... 193

ANÁLISE DE FALHAS DE MATERIAIS COMPÓSITOS EM CONSTRUÇÕES POPULARES

Thiago Leônidas de Souza Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171115>

CAPÍTULO 16..... 204

COMUNICAÇÃO INTERNA E PROPOSTAS PARA ALINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES: O CASO DE UMA EMPRESA DE BOA VISTA-RR

Talita Hávila Lopes Silva
Jacqueline Alves Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171116>

CAPÍTULO 17..... 211

O USO DA PLATAFORMA P91 COMO ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E SUAS APLICAÇÕES NO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Talita de Souza Costa
Weslei Alvim de Tarso Marinho
José Geremonte Garcia
Rafael Lucas Silva
Marcelo Santos Carielo
José Augusto de Lima Prestes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171117>

CAPÍTULO 18.....217

VICTIMIZATION OF COMPANIES, FROM THE POINT OF VIEW OF THE BUSINESSMEN AND ENTREPRENEURS OF THE PORT OF ACAPULCO, GRO., MEXICO

Moisés Carmona Serrano

José Adolfo Martínez Castellanos

Julio Cesar Cortez Jaimes

Remigio Marin Ibarra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171118>

CAPÍTULO 19.....227

POSSÍVEIS INTERAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS EXTERNOS E INTERNOS NOS PROCESSOS DE INOVAÇÕES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Mauricio Henrique Benedetti

Alexandre Nabil Ghobril

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171119>

CAPÍTULO 20.....246

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O PROCESSO DE PRECIFICAÇÃO EM MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS

Edda Jaqueline Sousa de Oliveira

Ingrid Cristina da Cruz Espindola

Edna Torres de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171120>

CAPÍTULO 21.....265

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO – RS E A INFLUÊNCIA DA FORMALIZAÇÃO

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Raquel Barragan Minosso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171121>

CAPÍTULO 22.....278

LA MICROEMPRESA COMO ACTOR (OFERENTE Y DEMANDANTE) EN UN MODELO FINANCIERO A DESARROLLAR EN EL ESTADO DE COLIMA, MÉXICO

Julio Humberto Ríos Romo

Elvia Lorena Torres Alejandre

María Sánchez Losoya

Nayeli Viridiana Osorio Hernández

IbnerMora Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171120>

CAPÍTULO 23.....286

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA OS TRANSPORTADORES DE PEQUENA ESCALA: ESTUDO DE CASO MOTOCICLISTAS DO 9º BAIRRO MUNHAVA CENTRAL-BEIRA-MOÇAMBIQUE (2018-2019)

Maria Albertina Lopes da Silva Barbito

Inácio Augusto Belo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171123>

CAPÍTULO 24..... 298

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS NA CIDADE DE RIO GRANDE-RS

Simone Silva Porto Machado

Kettle Duarte Paes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171124>

CAPÍTULO 25..... 317

A ASCENSÃO DA MULHER NA GESTÃO E A TRANSFORMAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO VAREJISTA DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO

Andréia Duarte Aleixo

Sabrina Bueno Fernandes

Ozana Rodrigues Boritza

Maria Bernadete Junkes

Suzenir Aguiar da Silva

Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171125>

CAPÍTULO 26..... 328

O MARKETING DIGITAL E A CAMPANHA INSTITUCIONAL #REPENSE: ANÁLISE FINANCEIRA E ESTRATÉGICA DE UMA ARENA ESPORTIVA PARA INCLUSÃO DO PÚBLICO FEMININO NO CENÁRIO DO FUTEBOL

Gustavo Samuel Cunha

Wanessa Leticia de Oliveira Miranda

Helena Belintani Shigaki

José Edson Lara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.64221171126>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 350

ÍNDICE REMISSIVO..... 351

CAPÍTULO 1

TRÊS ABORDAGENS DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: UM DEBATE HIPOTÉTICO ENTRE EMINENTES PENSADORES SOBRE CRISES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Data de aceite: 25/10/2021

Data de submissão: 05/10/2021

Virgilius de Albuquerque

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ), Faculdade de Administração e
Finanças
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/3376347651949021>

RESUMO: Este trabalho coteja as principais escolas da economia política internacional. A partir da seleção de um tema – crises econômicas internacionais, são apresentados os principais entendimentos das escolas liberal, nacional-intervencionista e socialista. Adotou-se a metodologia de um debate hipotético entre os principais autores dessas abordagens. Seus pensamentos foram extraídos da principal obra escrita por cada um deles. A escola liberal defende a autorregulamentação dos mercados globais. A abordagem nacionalista prescreve a necessidade de um Estado hegemônico para conduzir a ordem econômica internacional. A corrente socialista, ao criticar a lógica do processo de acumulação capitalista, elastece reflexões sobre as crises econômicas mundiais.

PALAVRAS - CHAVE: Economia política internacional, livre mercado, nacionalismo, socialismo.

THREE APPROACHES TO INTERNATIONAL POLITICAL ECONOMY: A HYPOTHETICAL DEBATE AMONG LEADING THINKERS ON INTERNATIONAL ECONOMIC CRISES

ABSTRACT: This paper reviews the major schools of international political economy. From the selection of a theme - international economic crises, the main thoughts of liberal, nationalist and socialist schools are presented. It was adopted the methodology of a hypothetical debate among the main authors of these approaches. Their thoughts were extracted from the main work written by each one. The liberal school advocates self-regulation of global markets. The nationalist approach prescribes the need of a hegemonic state to conduct the international economic order. The socialist current, engaged in criticizing the logic of the capital accumulation process, enlarges reflections on the world economic crises.

KEYWORDS: International political economy, free market economy, nationalism, socialism.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar três ideologias permanentemente entranhadas no debate político tanto a nível nacional como no contexto internacional: liberalismo, nacionalismo e socialismo. Com esse propósito, são abordadas e confrontadas três perspectivas analíticas distintas da economia política internacional. Nesse sentido, foi selecionado um tema – crises econômicas

internacionais, que foi desenvolvido, como escolha metodológica, a partir de um hipotético debate entre expoentes dessas abordagens. Desse modo, empreende-se uma narrativa dinâmica e dialética entre diferentes pensadores desse campo de conhecimento.

As reflexões acerca das instabilidades econômicas globais **são desenvolvidas** a partir da obra clássica redigida por cada um de dois eminentes pensadores representativos das três principais escolas de economia política internacional, a: (i) liberal; (ii) nacional-intervencionista; e (iii) socialista. Os debatedores presentes **são**:

- Escola liberal: Léon Walras e Friedrich Hayek;
- Escola nacionalista: John Keynes e Charles Kindleberger; e
- Escola socialista: Karl Marx e Vladimir Lenin.

Inicialmente, cada um dos palestrantes fará uma breve exposição, tendo como pano de fundo as crises do capitalismo internacional. Serão intercaladas as diferentes perspectivas atinentes às três doutrinas político-econômicas. Intencionalmente, as exposições iniciar-se-ão a partir do grau mais elevado de intervencionismo, o socialismo, até o de menor participação estatal – o liberalismo (Marx, Keynes e Hayek). As explicações continuam, subsequentemente, no sentido inverso (Walras, Kindleberger e Lenin). Subsequentemente, cada escola explicará as causas e proporá soluções para as instabilidades na ordem econômica mundial. Por fim, serão feitas considerações finais acerca dessa temática.

2 | DEBATE: MARX, KEYNES E HAYEK

- Companheiros – inicia **Karl Marx**, conforme escrevi no Manifesto Comunista, “... a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”¹. A sociedade contemporânea, tal qual a moderna, não aboliu os antagonismos de classes, verificados desde os primórdios da humanidade. A burguesia – filha diletta do capitalismo que foi fecundado a partir da dissolução da sociedade feudal, e que atingiu sua maioridade, e, portanto, sua responsabilidade civil perante essa sua cria, com a Revolução Industrial, no último quarto do século XVIII – sempre teve como antípoda, o proletariado – gênero bastardo do capitalismo – com o qual sempre brincou, dando liberdade de comércio e pequenas moedas e, recebendo em troca, seu livre arbítrio e a sua mão de obra para a construção de uma estrada de ferro, um símbolo do *deus ex machina* do capitalismo.

Enquanto ambos cresciam, essa mesma estrada de ferro foi se expandindo. O burguês escolhia as rotas por onde passaria e ficava no caixa. O proletário se encarregava de colocar carvão para propulsionar a máquina. Com o tempo, a brincadeira passou a ser um negócio; paralelamente, o burguês mudou para uma propriedade suntuosa. Ele amealhava o dinheiro recebido pelos passageiros dessa aventura. Em contrapartida, consentiu que o proletário, frequentasse o local onde alojou a sua máquina, por várias

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista, p. 21.

horas ao dia. Em troca, receberia do burguês, ao final de cada jornada, algumas poucas moedas amalhadas.

Considerando a assimetria das relações de troca provenientes daquele modo de produção, o relacionamento entre ambos foi ficando mais conflituoso. O burguês passou a se relacionar mais com outros burgueses que conheceu ao longo de seu caminho. Juntamente, passaram a empreender novos negócios. Já o proletário, agora cômico de sua realidade, procura unir-se a outros semelhantes, inicialmente, no mesmo local de acumulação do burguês conhecido e, subsequentemente, nas confrarias dos demais burgueses.

Evidente, pois, que essa situação só poderia ocasionar em ruptura, crise social! Nos países em que existiam estradas de ferro, os burgueses associaram-se ao Estado e criaram o sistema do bem-estar social – apontando respeitosa e na direção de Lord Keynes. Pronto, desse modo encontrava-se elidida a contenda entre eles e os proletários. Enfim, o capitalismo poderia continuar a prosperar, a expensas da instrumentalização burguesa do Estado. Agora, os burgueses andam de avião – essa máquina voadora alimentada pelo petróleo, ou melhor, pelo outora capital industrial que conheceu sua *belle époque*, na geração Rockefeller. Bom, isso é assunto para o meu camarada Lenin discorrer mais adiante.

- Senhor Marx, desculpas, mas o seu tempo já expirou, pondera o mediador.
- *Data máxima vênica* – responde Marx – o senhor está equivocado. O meu discurso é bastante atual, e está longe de expirar! *“O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.”*. *“O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo”*. Face à necessidade de novos mercados e à criação de um novo produto, em parceria com o Estado, o “operário descartável”, *“... a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria, sua base nacional”*. *“Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações”*².

Qualquer semelhança entre os meus escritos de mais de 150 anos atrás e os acontecimentos contemporâneos decorrentes da tal globalização – que mais parece a reificação contemporânea da burguesia – que gera deslocalizações de indústrias inteiras, desempregos estruturais e crises financeiras, que são, em síntese, uma metamorfose

2 In op. cit., p. 24/7.

das ineficiências do sistema de produção e troca do sistema capitalista, não é mera consequência. É uma demonstração da falibilidade do capitalismo que, germinado há cerca de 500 anos atrás, denota sinais de senilidade.

Boa tarde, cavalheiros – inicia a sua explanação, em tom professoral, o eminente acadêmico **John Keynes**. Considerando a deferência feita pelo Senhor Marx, começarei minha exposição, falando sobre o desemprego. Ao contrário dos economistas clássicos, esse fenômeno não apresenta origem, apenas, friccional ou voluntária. O desemprego involuntário existe quando a oferta agregada de mão de obra disposta a trabalhar ao salário nominal corrente é superior ao volume de emprego existente. Portanto, enfatizando a característica nominal do salário, cujo nível é passível de aceitação por parte do trabalhador, a elevação do nível de preços ou a redução nominal desse salário não é remédio para o desemprego. Isso nos remete a outro ponto bastante significativo: a utopia clássica de que a oferta cria sua própria demanda. Se assim fosse, a abstenção de consumir levaria, inevitavelmente, a mais investimento e, conseqüente, aumento de riqueza (trata-se de uma falácia da composição).

“Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. A psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real agregada aumenta, o consumo agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda. Em consequência, os empresários sofreriam uma perda se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer a maior demanda para consumo imediato. Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso de produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha a determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para induzi-los a oferecer tal volume de emprego”³. Esse é o postulado precípua de minha teoria. A propensão a consumir da comunidade, expressa a expectativa de seus gastos em consumo; essa expectativa tem um componente psicológico, e, portanto, é afetada pela instabilidade tanto do mercado de fatores (níveis de desemprego) quanto dos fluxos financeiros (capazes de contaminar o setor real da economia).

Depreende-se que, dado que a demanda efetiva corresponde ao total de consumo e de novos investimentos (compensatórios da postergação do consumo), o nível geral de emprego de equilíbrio depende, não apenas (como quiseram fazer crer os economistas clássicos) da oferta agregada de trabalho, como, também, da propensão a consumir e do nível de novos investimentos. Pronto, aí está a relação entre as duas maiores questões macroeconômicas do mundo contemporâneo: o desemprego e a instabilidade econômica internacional, boa parte decorrente das políticas de taxas de juros que impactam os programas de investimento.

Para preencher as possíveis lacunas dos investimentos necessários para assegurar

³ KEYNES, John, A teoria geral do emprego, do juro e da moeda, p. 62.

o nível socialmente desejado de emprego, faz-se premente a presença do Estado que, mediante a operacionalização da política fiscal, pode elevar a demanda agregada do país. A utilização dessa ferramenta de monopólio do Estado, permitiria ajustar a taxa de juros até o nível em que – observando-se o comportamento da eficiência marginal do capital – ocorresse o pleno emprego.

No que pertine ao capitalista *rentier* – aquele que, tal qual o dono de terras que vive de rendas de aluguel de suas propriedades, vive de rendas (juros) do capital – “... *considero o aspecto do rentier do capitalismo como sendo uma fase transitória, que desaparecerá logo que tenha desempenhado sua função*”. Isso porque o Estado “... *ainda teria o recurso de manter uma poupança agregada a um nível que permitisse o crescimento do capital até que a sua escassez desaparecesse*”⁴. O Estado deve incorporar às suas funções públicas, a tarefa de ajustar (*fine tuning*) a propensão a consumir (emprego) com o incentivo a investir (nível das taxas de juros), de modo a assegurar a continuidade do capitalismo como sistema econômico-social.

- Fico surpreso com a sua inclinação por psicologia, Lord Keynes. Imaginava que fosse uma característica de nós, austríacos – sentencia o ilustre **Friedrich Hayek**, que passa a ter a palavra. Embora estejamos no século XXI, sem querer parecer anacrônico, creio que deveríamos avançar em direção ao liberalismo existente no século XIX. Deveríamos retornar ao modelo liberal do século retrasado, quando o nacionalismo-intervencionista do mercantilismo estava definitivamente proscrito e o socialismo não passava de ideais proferidos por intelectuais e seguido anarquicamente por operários.

As limitações de qualquer ordem, imposta pelo Estado, aos mecanismos de mercado, constituem ameaça econômica e política. Qualquer injunção estatal sobre a sociedade implica na imposição de uma escala de valores arbitrada por aqueles que detêm o processo decisório. O igualitarismo promovido pelo Estado do bem-estar social, defendido pelo Senhor Keynes, destrói a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual depende a prosperidade de todos. A concorrência, e não a cooperação é a palavra de ordem. A desigualdade é um valor positivo, pois disso dependem as sociedades ocidentais para progredirem. A promoção estatal de direitos sociais representa um parasitismo servil. Em contraponto, as forças do mercado são espontâneas, impessoais, garantindo, destarte, uma melhoria da qualidade de vida dos homens.

Ao contrário do nosso colega Karl Marx, a burguesia e o proletariado são necessários, pois a desigualdade estimula a concorrência, que estimula a produtividade, que por sua vez, fomenta a acumulação e a riqueza, elementos propulsores do capitalismo. Os ganhos advindos desse processo são múltiplos e mútuos.

Faço uma ode prosaico à liberdade, em que, deve-se preservar a autonomia do indivíduo perante o Estado, que, *in facto*, só se efetiva, se esse indivíduo for um real detentor de propriedades, não apenas as relativas à vida e liberdade, como também aquelas de

⁴ KEYNES, *in op. cit.*, p. 344.

bens materiais, segundo tradição lockeana. É o mercado que gera essa ordem espontânea, esse processo de ação interativa entre as pessoas, norteadas pelas normas jurídicas da propriedade, além das atinentes à responsabilidade civil e ao contrato. Ratifico minhas críticas ao coletivismo socialista, assim como, ao intervencionismo estatal e, transcendendo minha apologia à liberdade individual, do campo instrumental para um imperativo filosófico no campo dos valores morais humanos.

“A liberdade individual é inconciliável com a supremacia de um objetivo único ao qual a sociedade inteira tenha de ser subordinada de uma forma completa e permanente. A única exceção à regra (omissis) é constituída pela guerra”⁵. “A regra de não permitir, na paz, a primazia absoluta de um objetivo sobre todos os demais, deve ser aplicada mesmo ao objetivo que hoje todos concordam ser prioritário: a supressão do desemprego”⁶.

Em consonância com as crises econômicas globais, transmito algumas reflexões sobre a ordem internacional. *“Os problemas decorrentes da ordenação deliberada dos assuntos econômicos em escala nacional assumem, inevitavelmente, proporções ainda maiores quando a mesma coisa é levada a efeito em escala internacional. O conflito entre planificação e liberdade não pode deixar de agravar-se à medida que diminui a semelhança de valores e de padrões entre os que são submetidos a um plano unitário”*. Particularmente, sou cético quanto à obtenção de uma justiça distributiva, nos moldes apregoados por John Rawls. *“Num sistema internacional de economia dirigida, as nações mais ricas, e portanto mais poderosas, teriam muito maior probabilidade de suscitar o ódio e a inveja das mais pobres, do que um regime de livre mercado”*.

Acaso uma autoridade internacional fosse responsável pela promoção de justiça distributiva entre as diferentes nações, passaríamos a nos confrontar com uma luta entre as classes trabalhadoras dos diferentes países, num desdobramento internacional da lógica socialista. Como apregoam os realistas, a constituição de uma autoridade supranacional independente seria impossível, devido à rejeição das grandes potências a submeterem-se a ela, além do fato de poderem usá-la instrumentalmente. Inobstante, *“... necessitamos e podemos ter esperanças de conseguir, não uma autoridade econômica internacional irresponsável dotada de maior poder, mas, ao contrário, um poder político superior capaz de refrear os interesses econômicos, funcionando como árbitro nos conflitos que surgem entre estes por não estar ele próprio envolvido nos interesses em jogo. Necessitamos de uma autoridade política internacional que, sem poderes para impor aos diferentes povos o que devem fazer, tenha condições de impedi-los de prejudicar a outros”⁷.*

5 HAYEK, F., O caminho da servidão, p. 187.

6 HAYEK, *in op. cit.*, p. 188.

7 HAYEK, *in op. cit.*, p. 199, 202 e 207.

3 | DEBATE: WALRAS, KINDLEBERGER E LENIN

Tenho muitas afinidades com o Senhor Hayek, quanto à importância de se desvincular o mercado da política, e do empreendedorismo individual – ponderou **Léon Walras**, que acrescenta: entretanto, creio que deva ser dada mais delimitação e substantivação a essas formulações filosóficas. É de bom alvitre que distingamos, corretamente, as fronteiras da economia política. A economia política é uma ciência natural, cujo objetivo é a busca da verdade pura das relações de troca. Portanto, devemos empreender estudos para o desenvolvimento de uma teoria de economia pura do valor de troca. Essas relações são processadas no mercado, ocorrem com certa regularidade e, portanto, previsibilidade, além de passíveis de mensuração.

É tarefa da “economia política pura” determinar as leis que regulam essas relações de troca. Por outro lado, as relações envolvendo pessoas e coisas são objeto de uma teoria de economia aplicada, no campo da indústria. Nada mais é do que a aplicação da ciência a um campo prático (economia política aplicada). Por fim, a busca de justiça social apresenta uma conotação normativa. Ela deve ser centrada nos modos de distribuição da riqueza, envolvendo relações entre pessoas; conseqüentemente, deve ser objeto de estudo de uma teoria moral sobre propriedade (“economia social”).

Portanto, dissinto, parcialmente de Hayek e, de plano, de Marx, pois sustento que o campo dos valores morais deve estar dissociado do verdadeiro estudo da economia política. O mesmo deve, também, ocorrer com a teoria da produção e da organização da indústria na divisão do trabalho. O critério na qual se insere a economia política, é a verdade (ciência pura); o da teoria da indústria, é o útil ou o interesse (ciência aplicada); e o da teoria da propriedade, é o bem e a justiça (ciência moral).

“... a Economia Política Pura deve tomar da experiência tipos de troca, de oferta, de demanda, de mercado, de capitais, de rendas, de serviços produtivos, de produtos. Desses tipos reais deve abstrair, por definição, tipos ideais e raciocinar sobre estes últimos, só retornando à realidade depois da ciência feita e tendo em vista aplicações. Teremos assim, em um mercado ideal, preços ideais que terão uma relação rigorosa com uma demanda e uma oferta ideais”⁸.

Somente assim, observando todas as variáveis de troca, poderemos determinar as formulações necessárias para o seu enquadramento em um tipo ideal. Essas relações de trocas, que são calcadas na escassez – relação entre a utilidade e a quantidade de uma coisa – uma vez determinadas, possibilitarão o desenvolvimento de teorias aplicadas no campo de políticas econômicas que interferem na vida dos cidadãos dos Estados.

Tenho sérias restrições a esse entendimento. E, na eventualidade de ser factível, quem seria a autoridade responsável pela implementação de seus tipos ideais weberianos? – indaga perplexo **Charles Kindleberger**. Decerto, creio – continua – que essas relações

⁸ WALRAS, Léon, Compêndio dos elementos de economia política pura, p. 24.

só poderiam ser implantadas por uma nação hegemônica⁹. Nesse sentido, o bem público maior a ser perseguido é a estabilidade.

Para assegurar a estabilidade do sistema econômico internacional, é *mister* que haja vontade política. A economia política é uma ciência social. Só é possível almejar modelos determinísticos em objetos ontologicamente imutáveis. Ela é social, porque não há como abstrair o indivíduo de sua composição. E, o indivíduo age com base em um enorme e superposto espectro de racionalidade, além de ser, também, movido por sensações, impressões, expectativas nem sempre racionais, e, que por vezes, desafiam a própria psicologia.

Desse modo, é necessário que a dinâmica da economia política seja norteadada por um *hegemon*, com a capacidade econômica suficiente para assegurar a implementação da estabilidade e, *a fortiori*, o monopólio da liderança. Somente assim poderíamos dar cabo a todas as instabilidades comerciais e financeiras existentes na ordem mundial. Ademais, a nação hegemônica, para ser uma verdadeira líder deve ter vontade política de assumir esse papel – e, inclusive, de incorrer em eventuais prejuízos para o desempenho dessa atribuição.

Basicamente, suas atribuições consistem em manter em bom termo os três institutos clássicos da economia política, quais sejam, o comércio, o investimento e a moeda. Para tanto, deve manter (i) aberto o mercado de seu país para absorver os produtos dos países em maiores dificuldades; (ii) um fluxo regular de investimentos, para compensar efeitos anticíclicos de crescimento econômico daqueles países mais necessitados; e (iii) a liquidez do mercado internacional, agindo, quando necessário, como *lender of last resort*.

Cito, como exemplo, as crises financeiras que assolaram as economias em desenvolvimento no final do século passado e nos primeiros anos do século XXI. Por um lado, o Japão e a União Europeia (UE) não cumpriram essas medidas para controlar ou atenuar as crises asiática e russa, ocorridas em suas áreas de influência econômica. Por outro lado, os EUA, valendo-se de seu poder hegemônico, atendeu às duas últimas proposições para evitar que a crise verificada no Brasil se estendesse, a partir daquele país, para toda a América Latina. E, para evitar as ações de *free-riders* de seus parceiros da Tríade (Japão, UE, além do próprio EUA) impeliu-os a participarem da ajuda financeira concedida, fosse mediante aporte direto de recursos, fosse por intermédio da concessão de empréstimos por agências multilaterais de crédito (FMI, BIRD e BIS).

Camarada Kindleberger – sentenciou **Vladimir Lenin** – você acaba de elaborar uma teoria do imperialismo que nem eu havia imaginado! De fato, o capitalismo de estado é a forma mais evoluída do capitalismo, porquanto representa a associação de *trusts* nacionais com o Estado, com vistas à conquista dos mercados externos, e à expansão internacional do capital privado. Falastes de uma nova forma de imperialismo, que consiste na fase máxima do sistema capitalista. É impossível conceber um Estado, principalmente, um

⁹ KINDLEBERGER, Charles, *The world in depression, 1929-1939*.

hegemônico, agindo altruisticamente. A preservação do bem coletivo é apenas um pretexto para legitimar uma ação que escamoteie os seus reais interesses. Ratificando Marx, o problema maior do capitalismo é que, enquanto há uma socialização da produção, o modo de apropriação da riqueza gerada, continua privada.

As evidências históricas demonstram que, no período compreendido entre 1870 e 1914, o capitalismo mundial apresentou enorme crescimento. O grande impulso dado às instituições econômicas, mediante maciças exportações de capital, efetuadas, inicialmente pela Inglaterra e, posteriormente, pelos demais países desenvolvidos, sob a forma de investimentos externos, propulsionaram o comércio e as finanças internacionais. É essa característica de expansão internacional do capitalismo que designo por imperialismo. Em homenagem ao camarada Walras, a “lei do crescimento desigual entre os estados” expressa o grau com que as economias capitalistas crescem a taxas diferentes em decorrência de poderes nacionais distintos.

Os estados criam esferas de influência que, posteriormente, são cobiçadas por outros estados emergentes. Os estados ansiosos pela busca de novos mercados, assim como pela preservação daqueles já obtidos, efetuam a partilha do mundo que, devido aos processos de crescimento desiguais inerentes ao capitalismo, é inevitavelmente temporária, e ocasionam, por conseguinte, instabilidade política, guerras imperialistas e mudanças políticas internacionais. Portanto, o sistema capitalista internacional é inerentemente instável, e a contradição intrínseca ao capitalismo reside no permanente conflito entre os estados.

A verdadeira natureza do capitalismo é internacional, uma vez que a sua própria dinâmica interna impulsiona a sua expansão externa. A razão dos conflitos entre os estados decorre de sua necessidade imperialista em assegurar o seu crescimento econômico. Essa dinâmica se avoluma com a concentração de produção, que geraram os monopólios. Em uma etapa subsequente, há uma interpenetração entre bancos e indústria, formando o capital financeiro – união dos capitais industriais e bancários – elemento principal do processo imperialista. Posteriormente, ocorre a formação de uniões internacionais monopolistas do capital financeiro sob a forma de *trusts*.

Creio que minha análise do capitalismo é bastante contemporânea, porquanto, remetendo, de novo à problemática capitalista desenvolvida por Marx, a sua essência está em “... *separar a propriedade do capital de sua utilização na produção; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo ... O imperialismo ou o domínio do capital financeiro é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções*”¹⁰. Ademais, “[e]nquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será afetado, não para elevar o nível de vida das massas de um dado país, pois daí resultaria uma diminuição dos lucros para os capitalistas, mas para aumentar estes lucros,

10 LENIN, V. O imperialismo, fase superior do capitalismo, p. 58.

mediante exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos”¹¹.

Vejam a dinâmica propulsora do capitalismo. Se, no início do século XX, o capital financeiro estava alocado em países em desenvolvimento, mediante investimentos externos diretos (IEDs), ao final daquele mesmo século, constatamos que esse capital sofreu uma maligna metamorfose, transformando-se em capital especulativo. Antes, ao menos, ele promovia crescimento material em terras distantes; hoje, maximizando a reificação do distanciamento entre o capital-dinheiro e o capital produtivo, sequer se presta à sua maior qualidade: gerar produção. Continua a aproveitar-se dos países em desenvolvimento, entretanto de uma maneira incomensuravelmente mais perversa: o capital lá investido só gera renda, não produz nada. Pior ainda: a sofisticação tecnológica e dos instrumentos financeiros – celebrizados nos derivativos, chegam a devastar economias inteiras. E, pasmem: esse capital especulativo, de propriedades mágicas – de manhã, pode estar na Ásia, depois do almoço, na América Latina, e, se o dia não foi bom para ele, pode pernoitar em Manhattan.

Terminada essa etapa – intervém o mediador, peço que os titulares da mesma escola de pensamento, apresentem uma breve exposição acerca do tema deste debate, crises econômicas internacionais. A sequência será iniciada pelos liberais, seguida dos nacionalistas e encerrada pelos socialistas.

4 | SÍNTESE LIBERAL

Uma vez que não chegamos a um consenso, inicio minhas observações e passo, em seguida, a palavra a **Hayek** – profere **Walras**. Minha avaliação acerca das periódicas crises econômicas mundiais é parcimoniosa. A verdadeira economia política deve empreender uma análise das relações entre os valores de troca dos ativos transacionados nos seus respectivos mercados. Essas trocas correspondem a processos, cujas propriedades são passíveis de avaliação e mensuração. A identificação desses mecanismos permite que sejam determinadas as relações ideais de troca. A inobservância, por parte dos agentes econômicos, desse preceito, é a causa de toda essa desordem econômica, haja vista a inexistência de parâmetros – derivados de leis e modelos teóricos – que balizem os níveis dos agregados monetários nacionais, as taxas de juros internacionais, os níveis ótimos das balanças comerciais, as paridades cambiais entre as moedas e os fluxos de investimentos diretos. Concluo que essa é a questão focal a ser solucionada, enquanto temáticas relacionadas aos modos de produção e à acumulação de riqueza são secundárias.

Embora compartilhemos a mesma raiz do pensamento liberal, nossas perspectivas são diferentes – observa Hayek. As iniquidades existentes na sociedade decorrem da insistência do Estado em intervir no setor econômico. O mercado é o fórum da economia e os agentes econômicos detêm competência exclusiva para a sua condução! Qualquer

¹¹ LENIN, *in op. cit.*, p. 61.

tentativa intervencionista redundará em distorção e efeitos distributivos perversos. Ademais, o mercado detém eficiência informacional bastante superior à do Estado.

O mercado é a arena em que as relações são impessoais, onde não há imposição de valores nem padrões condutores de comportamento e limitadores do bem maior do homem, a liberdade. É a falta de plena liberdade do mercado que está levando aos contínuos desequilíbrios comerciais e financeiros. O sistema internacional é, por natureza, heterogêneo. À medida que a heterogeneidade se alarga, maior o conflito entre as imposições externas e os desejos de manutenção dos graus de liberdade dos Estados. Ao contrário de Walras, creio que o mercado deve se autorregular; nenhum fator normativo exógeno lhe deve ser imposto. É no livre mercado que as alocações e distribuições de recursos ocorrem de maneira mais eficiente.

A recorrência das crises econômicas decorre da insistência dos governos nacionais e dos organismos multilaterais econômicos em controlar os fluxos monetários externos, em fixar ou estabelecer bandas de variações cambiais, bem como em impor controles sobre capitais e mercadorias. Adicionalmente, os programas coletivos de intervenção econômica, seja em um Estado, seja em regulações multilaterais, só servem para postergar e agravar as ineficiências impostas pela intervenção estatal ao mercado. Se o comércio mundial fosse ditado pelas vantagens comparativas, sem a existência de barreiras comerciais de qualquer sorte, o fluxo de bens e serviços se ajustaria naturalmente. Caso as taxas de câmbio flutuassem livremente, as ações dos fundos de pensão, investidores institucionais e demais agentes financeiros sobre a moeda de um país, não apresentariam qualquer efeito traumático.

Finalizando, a tentativa pretérita de implantação do Acordo Multilateral de Investimento (AMI) foi louvável, uma vez que esse acordo garantiria a plena liberdade de mobilização de capital, e a sua proteção contra intervenções governamentais, positivada por uma norma jurídica internacional, que seria ratificada pelos Estados aderentes. Lamentavelmente, a lógica intervencionista prevaleceu e abortou essa iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

5 | SÍNTESE NACIONALISTA

Penso que, assim como Marx e Lenin, cujos focos de estudo da economia política são, respectivamente, doméstico e internacional, eu – diz **Keynes** – e **Kindleberger**, privilegamos nessa exposição, assim como nossos colegas socialistas, os níveis de análise nacional e internacional. Nossos pontos de vista são convergentes: o mercado é incapaz de se autorregular eficientemente; é necessário que haja uma forma de intervenção externa – Estado, a nível nacional, e um estado hegemônico – “hegemon” – na dimensão internacional, para que seja assegurada a estabilidade e promovido o crescimento econômico.

Defendemos medidas no sentido de, por exemplo, estabelecer regras internacionais

que, ao mesmo tempo, assegurem a liberalização dos mercados e criem mecanismos de resolução das controvérsias comerciais (na esfera da OMC) ou financeiras (no âmbito do FMI ou de outra instância a ser, eventualmente, estabelecida para IEDs). Alternativamente, poder-se-ia realizar uma coordenação política entre os estados capitalistas para a gestão das instituições econômicas de crédito, comércio e moeda. Postulamos o estabelecimento, não apenas de instâncias de arbitragem e resolução de controvérsias, como também, o fortalecimento de agências multilaterais reguladoras desses fluxos. Adicionalmente, sustentamos que o Estado não pode ser cerceado em sua capacidade de conduzir a sua política monetária, imprescindível para a gestão macroeconômica do governo.

As tradicionais instabilidades econômicas mundiais decorrem da indisposição dos EUA em normalizar os diversos fluxos econômicos internacionais – pois, esse país detém as capacidades suficientes para intervenção. Ações, como a condução das negociações com países da OCDE e órgãos econômico-financeiros multilaterais, para a concessão de empréstimos a países em dificuldades econômicas, são episódicas. Os EUA não age no sentido de assegurar a estabilidade da ordem econômica internacional, além de não se preocupar em reger um concerto intervencionista por parte das maiores economias mundiais, com vistas à mitigação das incertezas globais. E, como, permitem inferir os eventos que expressaram a sua disposição de liderar a ajuda ao Brasil e, de não se manifestar nas crises financeiras asiáticas e russa, ocorridas no final do século passado e início deste, assim como a sua atuação durante as negociações frustradas para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a potência hegemônica contemporânea não age altruisticamente.

No nível doméstico, o governo deve intervir em seus mercados comercial, monetário e cambial, de sorte a evitar bruscas oscilações na balança comercial e flutuações nas taxas de juros e cambiais, pois essas variáveis constituem instrumentos cruciais para a condução do fluxo real da economia de um país. Somente assim, poderá cumprir metas macroeconômicas relacionadas com o nível de crescimento econômico, patamar de inflação e taxa de desemprego. O grande dilema que enfrentamos, haja vista a característica crescente de internacionalização do capitalismo, está em associar o grau de abertura econômica e movimentação financeira, com a necessidade doméstica de crescimento e manutenção dos benefícios advindos do *welfare state* (e.g., saúde e educação elementar gratuita, assistência e previdência social, salário mínimo, jornada máxima de trabalho).

A disposição dos EUA em agir na direção oposta daquela prescrita para o “hegemon”, em um ambiente de instabilidade decorrente das deslocalizações de indústrias e especulações cambiais, vem impelindo os países a derogarem os benefícios sociais, outrora adquiridos. Em troca, a expensas dos benefícios sociais, lhes é assegurado o passaporte para o mercado global, e, portanto, para um suposto desenvolvimento econômico. Isso nos permite concluir, que a maior potência econômica está disposta a extinguir a ordem econômica internacional existente desde o pós-guerra e, vem implementando ações – de

interesse das grandes corporações transnacionais e investidores internacionais, no sentido de consolidar um novo paradigma econômico internacional.

E aqui, eu, Lord Keynes, faço um mea culpa, ao prescrever que o *rentier* capitalista era transitório e que o Estado seria capaz de manter poupança agregada suficiente para atender as necessidades de investimento. Exatamente, pelo fato dessas duas projeções não terem se concretizado, estamos observando o ocaso da antiga ordem econômica global, pois se, de um lado, o Estado é incapaz de amealhar poupança interna – daí a justificativa para o desmonte do sistema de bem-estar social – por outro, o capital rentista tomou proporções gigantescas e é quem determina os padrões de atuação no sistema econômico vigente.

6 | SÍNTESE SOCIALISTA

Observamos os seguintes pontos comuns – falam **Marx** e **Lenin**, em uníssono. Com relação à nossa prescrição, retificamos o fato de que, ao partilharem o mundo entre si, os *trusts*, escudados pelos Estados, e ameaçados por novas nações imperialistas, levariam, inegavelmente, à guerra. De fato, isso aconteceu, de forma horrenda e em abrangência mundial, por duas vezes no século passado. Mas as agruras da guerra, a bipolaridade, a *nuclear deterrence*, a emersão do *welfare state*, reciprocamente alimentada pelo sistema fordista de produção, e o nosso reducionismo econômico das questões atinentes às relações internacionais, estancou essa “inevitabilidade” do capitalismo. Não obstante, ressaltando o caráter preditivo do socialismo, em que o imperialismo capitalista não, apenas, acentuou – como, mesmo, exacerbou – o nível de concentração de riqueza, decorrente da separação entre o capital-dinheiro e o produtivo. Atualmente, o capital-dinheiro é integralmente dissociado do produtivo. Sua característica estéril inviabiliza, gradativamente, qualquer tentativa de prover maior justiça distributiva.

Retornamos, portanto, à falha conceptual central do capitalismo, qual seja, a imanente distorção do processo de apropriação e acumulação de capital. Não cremos que o modelo de acumulação flexível altere alguma coisa. Pelo contrário, trata-se de um substituto do modo de produção fordista, até recentemente vigente, que contribuiu para mitigar os efeitos de concentração de renda do sistema capitalista. A propósito, o modelo toyotista anda de mãos dadas com a globalização da economia mundial. Por outro lado, também, não perfilhamos do entendimento de que seja necessária a realização de uma mudança estrutural do capitalismo. A causa de todas essas crises mundiais, que nada mais é do que uma consequência inevitável da exacerbação do processo de apropriação e acumulação de capital está em sua própria concepção. Portanto, alterações desse modelo econômico, serão apenas paliativas. Como o próprio nome diz, o capitalismo reifica o capital. Mas afinal senhores, qual o objetivo da economia política: servir ao capital ou aos anseios da sociedade? Se a resposta caminhar na direção da segunda alternativa,

devemos priorizar a sociedade. O socialismo se propõe a isso: substantivar o social, como o próprio nome diz.

Não há solução para as recidivas das crises econômicas internacionais senão modificar o capitalismo para um sistema econômico melhor, que altere as concepções de propriedade, produção e acumulação de riqueza. Possivelmente, a centralização da propriedade no Estado deve ser descartada. O capitalismo demonstrou que a competição tem efeitos sociais positivos. Mas, não aquela desenfreada; é necessário um grau de regulação sobre os processos de produção e troca. Encerramos, por adotar uma postura mais analítica do que prescritiva. Ao melhor estilo de nossos herdeiros da Escola de Frankfurt, esboçamos uma crítica ao modelo capitalista que, ao contrário do que prevíamos, não levou à perenidade dos conflitos entre Estados nem das fricções de classes. Isso porque, os conflitos decorrem de reivindicações e anseios de nações e estratos sociais diferentes, ou seja, a guerra e a luta de classe são fenômenos político-sociais. Por outro lado, o caráter amórfico do capital, permite-o transcender conceitos de territorialidade, soberania e cidadania, de modo que os danos causados a seus congêneres sejam, mais facilmente, aceitos como “regras do jogo”, que, conseqüentemente, propicia que o capitalismo translade a questão social para uma dimensão menos relevante.

7 | CONCLUSÃO

Neste hipotético debate, os pensadores não são necessariamente contemporâneos, por conseguinte, as suas percepções podem ser distintas em função dos eventos pessoalmente vivenciados. Nada obstante, as diferentes realidades observadas em uma dinâmica histórica propiciam o aprofundamento analítico e prescritivo para a mitigação dos processos que engendram as contínuas crises do sistema capitalista mundial.

Percebe-se que não se busca a hegemonia de uma abordagem de economia política internacional sobre as demais. A despeito de ideologias, esses espectros refletem a maior, ou menor, participação do Estado no domínio econômico. Direita, centro e esquerda subsomem, atualmente, mais o grau de intervenção estatal na esfera social e econômica do que o matiz político de uma nação. Na dimensão internacional, esse entendimento igualmente persiste.

A abordagem liberal prescreve módica interferência do Estado na economia. Os mercados nacionais e globais se autorregulam. Os interesses comerciais, financeiros e de investimento incentivam a cooperação e o arranjo de acordos multilaterais e internacionais. Ilustrativamente, esses acordos prosperaram na dimensão comercial, conduzindo à institucionalização da Organização Mundial do Comércio. Contudo, no âmbito dos IEDs, foi descontinuado o AMI. A harmonização de interesses econômicos nacionais não encontra evidências empíricas.

A vertente nacional-intervencionista, por outro lado, prescreve maior intervenção do

governo nos diversos tipos de mercados – fatores, bens, serviços, moedas e crédito; seja na ambiência doméstica ou internacional. Nesse sentido, a regulação e ordenamento global devem ser conduzidos por um Estado hegemônico. Esse Estado – Inglaterra até meados do século passado, e desde, então os EUA, atualmente de modo menos preponderante; não visa, prioritariamente, uma ordem mundial. Busca, em essência, constituir uma arquitetura econômica mundial de modo a atender a seus interesses nacionais.

Por fim, o pensamento socialista, se, por um lado, denota baixa resiliência empírica no mundo contemporâneo, por outro, salienta a necessidade de serem continuamente revisitadas as premissas e práticas do capitalismo, inclusive, em sua dimensão global. A busca do poder, a desigualdade e iniquidade, e a lógica de acumulação e concentração de capital imanente ao sistema capitalista enfatizam a permanente reflexão do sistema econômico mundial. A sua abordagem crítica incentiva a busca por soluções mais duradouras para as crises econômicas globais, que estão mais evidenciadas nas instabilidades financeiras internacionais, porém, também, apresentam grande impacto em suas dimensões comerciais e de investimentos produtivos mundiais.

REFERÊNCIAS

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 5ª ed., 1990.

KEYNES, John, **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KINDLEBERGER, Charles. **The world in depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 2nd ed., 1986.

LENIN, V. O imperialismo, fase superior do capitalismo. **Obras Escolhidas**, tomo 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Textos**, vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 3, 1, 62, 68, 74, 75, 87, 97, 99, 113, 114, 116, 117, 163, 178, 191, 222, 239, 240, 243, 246, 247, 257, 258, 259, 260, 271, 272, 293, 295, 309, 310, 311, 321, 322, 329, 332, 345

Agronegócio 6, 140, 141, 142, 143, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 177, 178, 179

B

Big Data 48

Blockchain 206, 207, 209, 210, 211

Brasil 8, 12, 44, 64, 74, 75, 85, 86, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 113, 115, 129, 146, 163, 164, 166, 168, 169, 177, 178, 186, 207, 241, 245, 246, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 268, 271, 272, 282, 283, 291, 292, 294, 296, 297, 298, 310, 311, 312, 314, 316, 321, 324, 341, 342

C

Cadeia de abastecimento 31, 35

Cadeia Produtiva 6, 163, 164, 169, 172, 176, 177, 235, 237, 238, 243, 245

Capitalismo 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 299, 309, 321

Cliente 57, 73, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 158, 159, 189, 234, 235, 250, 325, 326, 327, 329, 330, 331, 337, 338, 339, 342

Comércio 2, 8, 9, 11, 12, 14, 245, 246, 256, 271, 308, 316, 317

Complexidade 6, 27, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Comunicação 45, 68, 71, 104, 105, 139, 190, 207, 227, 284, 287, 320, 321, 325, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 337, 339, 345

Confiança 48, 186, 222, 226, 230, 232, 233, 234, 238, 250, 315, 318, 322

Conhecimento 2, 19, 44, 45, 46, 48, 50, 62, 63, 67, 72, 73, 79, 80, 89, 96, 141, 165, 170, 171, 176, 186, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 252, 267, 270, 285, 286, 288, 291, 314, 317, 328, 334

Consumidor 5, 18, 30, 32, 84, 105, 133, 148, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 164, 165, 169, 172, 177, 250, 319, 326, 327, 330, 331, 338

Consumo 4, 3, 4, 16, 17, 18, 19, 22, 29, 30, 31, 32, 46, 77, 85, 91, 93, 104, 168, 169, 236, 237, 327, 338

Covid-19 6, 103, 115, 120, 206, 207, 209, 210, 211

Cultura 5, 44, 46, 47, 49, 56, 58, 60, 66, 67, 68, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 98, 101, 114, 115, 127, 172, 176, 227, 264, 311, 313, 322

D

Desafios 3, 6, 8, 17, 31, 64, 116, 163, 168, 182, 207, 210, 293, 294, 300, 301, 303, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 317, 318, 320

Desenvolvimento Regional 6, 85, 163, 172, 178

E

Economia 4, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 25, 31, 34, 81, 92, 103, 107, 109, 115, 168, 175, 177, 178, 179, 224, 241, 243, 246, 247, 250, 258, 259, 260, 263, 264, 269, 272, 280, 281, 284, 293, 311, 319, 345

Empreendedorismo 7, 25, 88, 90, 241, 243, 256, 263, 264, 271, 284, 293, 294, 297, 298, 299, 302, 304, 309, 310, 311

Empresa 6, 180, 240, 258, 259, 267, 271, 316, 322

Estado 7, 1, 3, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 32, 48, 51, 60, 65, 71, 72, 90, 91, 102, 107, 108, 110, 118, 129, 136, 139, 165, 194, 203, 229, 257, 258, 262, 263, 273, 275, 277, 279, 297, 298, 299, 316, 333

Estratégia 6, 24, 28, 71, 84, 108, 110, 184, 206, 207, 236, 251, 263, 327, 329, 345

F

Feminismo 293, 294, 295, 296, 309, 310, 311

Finanças 1, 9, 173, 281, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 340

FORU 5, 130, 133, 134, 135

Futebol 8, 323, 324, 325, 332, 339, 340

G

Gestão 3, 4, 7, 8, 12, 19, 20, 24, 27, 28, 44, 45, 50, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 83, 84, 87, 88, 89, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 113, 114, 116, 117, 118, 163, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 206, 208, 209, 210, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 310, 311, 312, 313, 315, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 325, 329, 345

Governança corporativa 76, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99

I

Incerteza 81, 82, 95, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 189

Informação 44, 45, 46, 47, 48, 49, 81, 91, 104, 140, 189, 206, 207, 210, 230, 232, 234, 243, 251, 252, 253, 265, 267, 270, 281, 282, 283, 284, 287, 326, 330

Inovação 5, 28, 31, 66, 88, 89, 94, 139, 143, 144, 166, 168, 206, 210, 222, 223, 224, 225,

226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 244, 263, 264, 272, 345
Inteligência emocional 4, 62, 63, 70, 71, 72, 73, 74

L

Liberal 1, 2, 5, 10, 14, 15

Liderança 4, 8, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 226, 284, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322

M

Marca 5, 60, 105, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 245, 250, 251, 332

Marketing 8, 24, 26, 29, 33, 97, 105, 114, 116, 131, 136, 137, 149, 151, 152, 160, 161, 162, 168, 178, 212, 236, 248, 249, 250, 255, 304, 316, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344

Mercado 8, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 31, 52, 54, 57, 63, 66, 68, 69, 72, 73, 78, 85, 99, 101, 105, 107, 121, 124, 125, 128, 131, 139, 144, 145, 151, 164, 165, 166, 169, 172, 173, 176, 177, 186, 224, 225, 234, 241, 243, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 254, 255, 257, 261, 264, 265, 266, 268, 269, 272, 276, 284, 288, 293, 294, 295, 297, 298, 301, 302, 306, 308, 310, 312, 313, 314, 316, 317, 319, 320, 322, 324, 328, 332, 337

Moçambique 7, 281, 282, 283, 284, 285, 289, 291

Mulher 8, 82, 175, 293, 294, 295, 296, 297, 302, 305, 308, 309, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 339

N

Nacional-Intervencionista 1, 2, 14

Need to know 46, 47, 50

Need to share 4, 44, 45, 50

O

Organização 11, 14, 47, 68, 104, 186, 207, 295, 311

P

Pandemia 6, 52, 57, 103, 115, 206, 207, 210, 211

Privacidade 44, 47, 48, 49, 50

Projetos 6, 89, 100, 101, 103, 109, 111, 112, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 224, 226, 234, 237, 255, 256, 257, 259, 341

R

Responsabilidade Social 5, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 114, 116

S

Segurança 17, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 64, 83, 86, 111, 172, 188, 190, 196, 198, 201, 208,

210, 251, 266, 270, 282, 285, 300, 314, 345

Serviços 3, 5, 7, 11, 15, 49, 66, 102, 104, 106, 107, 109, 110, 139, 143, 144, 145, 189, 210, 211, 223, 224, 227, 229, 241, 243, 254, 256, 257, 258, 281, 282, 283, 284, 285, 289, 290, 294, 295, 297, 302, 303, 310, 314, 326, 328, 332

Socialismo 1, 2, 5, 13, 14

Socialista 1, 2, 6, 13, 15

Sociedade 1, 3, 2, 5, 6, 10, 13, 14, 45, 48, 49, 76, 77, 80, 82, 83, 85, 87, 92, 96, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 117, 264, 283, 284, 285, 291, 293, 295, 298, 302, 303, 305, 308, 309, 311, 332, 345

Sustentabilidade 16, 17, 18, 19, 27, 29, 79, 87, 97, 106, 174, 176, 177, 327

T

Trabalho 3, 5, 6, 8, 1, 3, 4, 7, 12, 18, 19, 24, 45, 63, 64, 66, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 81, 83, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 139, 140, 175, 182, 184, 185, 187, 190, 195, 206, 207, 209, 210, 226, 228, 229, 234, 235, 237, 257, 258, 261, 264, 265, 270, 271, 272, 288, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 333

V

Valor 5, 5, 7, 17, 29, 30, 31, 32, 45, 49, 55, 56, 57, 82, 87, 92, 96, 99, 124, 130, 136, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 175, 177, 189, 224, 225, 227, 231, 234, 250, 259, 264, 289, 294, 304, 308, 325, 327, 330, 331, 333, 337, 338, 339

Varejista 8, 164, 312, 313, 317, 318, 320

Voluntariado 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

AD MI NIS 3 TRA ÇÃO:

Estudos organizacionais e sociedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2021

AD MI NIS 3 TRA ÇÃO:

Estudos organizacionais e sociedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2021